



Na UFSM, indicativo de greve foi aprovado em 10 de agosto

Setor das federais indica greve: data é 30 de agosto

Com a presença de 40 seções sindicais, os docentes do setor das federais (IFES) do ANDES-SN, reunidos em Brasília no dia 19 de agosto, avaliaram os resultados das assembléias gerais realizadas entre 17 de julho e 15 de agosto no quadro mais amplo da conjuntura atual e deliberaram pelo indicativo de deflagração de greve nacional dos docentes das IFES para o dia 30 de agosto. Antes disso, em assembléia na UFSM, dia 10 de agosto, com a presença de 27 docentes, o Indicativo de Greve já havia sido aprovado sem voto contrário.

A categoria, em Brasília, optou pelo indicativo como um recurso extremo diante da completa ausência de respostas às suas reivindicações. Todo o esforço para tentar fazer avançar as negociações foi tenazmente perseguido pelos docentes que participaram de todas as mesas e reuniões para os quais o Sindicato Nacional foi chamado. O ANDES-SN protocolou diversos pedidos de audiências com o Ministro, sem obter nenhum retorno, participou de diversas reuniões da Mesa Nacional de Negociação Permanente no Ministério do Planejamento que, igualmente, foram inócuas, protelatórias e desrespeitosas com o justo reclamo da correção das perdas inflacionárias dos salários. O indicativo de greve é, conforme texto divulgado pelo ANDES, resultante do seguinte dilema:

a) aceitar o congelamento do salário, que se encontra gravemente depreciado, não apenas para o corrente ano mas, também, em 2006, pois o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2006 não prevê recursos para a compensação das perdas, apostando em improváveis mudanças em 2007, primeiro ano de um futuro governo ou,

b) convocar a categoria a pressionar o Executivo para abrir negociações efetivas.

RUPTURA- Há um ano, segundo avaliação do Sindicato Nacional, o governo impôs aos docentes, a partir da ruptura das negociações, uma alteração nos valores da GED, mantendo a diferenciação salarial entre

ativos e aposentados e quebrando a isonomia entre as carreiras do magistério superior e do 1º e 2º graus. Constituiu um GT para tratar da incorporação da GED, que se reuniu 3 vezes no 1º semestre de 2005. Os representantes do MEC limitaram-se a proclamar vagamente concordância com o fim da GED, mas rigorosamente nada de concreto ou plausível foi apresentado. A manobra protelatória foi finalmente assumida quando o governo propôs a transformação desse GT em um grupo de trabalho para debater carreira em um futuro indeterminado: o governo informou de forma taxativa que quaisquer alterações salariais seriam para 2006, contudo, na previsão orçamentária não alocou nenhum recurso para esse fim.

PAUTA- A greve dos docentes em construção é pela pauta já aprovada e protocolada no MEC:

a) reajuste de 18% como parte de recomposição salarial;

b) incorporação da GED e da GEAD, com equiparação pelos seus valores mais altos e da GAE, com paridade e isonomia;

c) retomada dos anuênios;

d) implementação imediata da classe especial e da classe de professor associado;

e) abertura imediata da discussão em torno da carreira única para os docentes das IFES, envolvendo o MEC, o ANDES-SN e o SINASEFE, com definição de calendário de trabalho com prazo para conclusão que anteceda o 25º Congresso do ANDES-SN;

f) realização de concursos públicos para reposição de todas as vagas nas IFES.

Os docentes, diz a nota elaborada após a reunião do setor das federais, têm clareza de que esse processo exige unidade, firmeza e empenho. “As nossas reivindicações são legítimas e justas e temos todas as condições para conquistá-las. Mas será uma conquista e, por isso, a deflagração da greve no dia 30 tem de ser construída com unidade desde o seu início.”



Flávio Roberto Flores de Moraes, 51 anos, Secretário do Departamento de Expressão Gráfica

“Sou contrário ao desarmamento da população. Essa medida vai deixar o bandido armado enquanto o cidadão vai ficar cada vez mais à mercê de toda a violência que está acontecendo no país”.

Leonardo Nabaes Romano, 35 anos, Professor do curso de Engenharia Mecânica e da Pós-Graduação em Engenharia Agrícola

“Considerando o nível sócio-econômico-cultural da nossa população sou favorável a lei do desarmamento. O comércio de armas e seus derivados devem ser realizados apenas sob forte controle do Estado. Nesta condição, esse comércio seria feito exclusivamente para pessoas ou profissionais que comprovem a real e verdadeira necessidade do porte de uma arma perante um órgão judicial competente”.



Enquete do desarmamento

Entre os dias 29 de julho e 13 de agosto, a SEDUFSM disponibilizou em sua página uma enquete sobre a questão do desarmamento. A pergunta colocada foi “qual a sua opinião sobre a lei do desarmamento.” Até então, foi a maior participação de internautas votando em alguma das opções. No total foram 138 votos, que resultaram no seguinte: 50,7% votaram na opção (*Sou contra, pois os bandidos é que sairão ganhando*); 29,7% votaram na opção (*Sou a favor, pois reduzirá a violência*); e, 19,6% votaram na opção (*As causas da violência não passam pela opção de ter arma ou não*).

ELES DISSERAM

“Eles estão arrogantes, intolerantes, pois estão muito bem financiados pela estrutura podre do Palácio do Planalto”.

(Senadora Heloisa Helena do P-Sol se referindo a União Nacional dos Estudantes (UNE) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT) em manifestação em Brasília, na Zero Hora de 18.08.2005)

“Se dizem que o PT agora é igual a todos os outros partidos, continuo a votar no PT com mais convicção ainda. Não é hora de perder a esperança, é hora de apoiar a batalha pela limpeza do partido”. (Paulo Betti, ator, sobre a crise do governo Lula na Zero Hora de 18.08.2005)

“O delinqüente maior é o Henrique Meirelles, que faz a alegria dos porcos que chafurdam na pocilga do capital”. (Senadora Heloisa Helena do P-Sol se referindo ao presidente do Banco Central, em manifestação em Brasília na Zero Hora de 18.08.2005)

“O poder corrompe. Talvez esse sistema de governo é que permita essa corrupção tão desvairada. Mas acho que o PT será capaz de limpar os seus quadros”. (Antônio Fagundes, ator, sobre a crise política em O Sul de 18.08.2005)